

Valor Econômico, 13 de dezembro de 2021

Pandemia, mercado de trabalho e diferenciais raciais

Por: João Saboia, François Roubaud e Mireille Razafindrakoto

As desigualdades econômicas e sociais representam uma característica que acompanha o país desde sempre e se ampliaram a partir da chegada da covid-19. No Valor de 23/10 foi publicado um artigo dos dois primeiros autores em que ficou clara a forma mais intensa como os jovens foram atingidos no mercado de trabalho durante a pandemia. Nossa proposta aqui é dar continuidade à discussão em torno dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho, mostrando como a questão racial é importante e como pretos, pardos e indígenas sofreram mais que os brancos.

Para simplificar a análise, dividiremos a força de trabalho em dois grupos - brancos (brancos e amarelos) e não brancos (pretos, pardos e indígenas). Estamos atentos para o fato que a questão racial é muito mais complexa do que a simples separação da população em dois grupos. No caso do mercado de trabalho, tal simplificação se apoia estatisticamente no comportamento observado no Brasil ao longo dos últimos anos. Os amarelos são relativamente poucos e seu comportamento no mercado de trabalho se aproxima do dos brancos, justificando sua agregação no primeiro grupo. Pretos e pardos são bastante numerosos e ao serem agregados com os indígenas representam o grupo de não brancos, cujos resultados no mercado de trabalho sempre foram marcados pela maior precariedade. O grupamento de brancos corresponde a cerca de 45% da população ocupada e o de não brancos, os restantes 55%.

Serão destacados três trimestres: o quarto trimestre de 2019 (4T/2019), último antes da chegada da pandemia, representando nosso ponto de partida; o terceiro trimestre de 2020 (3T/2020), quando a economia e o mercado de trabalho se encontravam no “fundo do poço” e o terceiro trimestre de 2021 (3T/2021), cujos dados da PnadC foram disponibilizados recentemente.

Para o mercado de trabalho como um todo, houve queda de 12,1 milhões de pessoas ocupadas no primeiro período (4T/2019 a 3T/2020) e recuperação de 9,6 milhões no segundo (3T/2020 a 3T/2021). Entre os formais a queda foi de 5,1 milhões e a recuperação de 3,5 milhões. Já no caso dos informais, os números foram 7 milhões e 6,1 milhões, respectivamente. A maior saída de informais do mercado de trabalho no período inicial da pandemia está associada ao aumento do distanciamento social no período e à impossibilidade de trabalhar para boa parte dos informais, justificando a criação do auxílio emergencial. Proporcionalmente, o crescimento dos informais no segundo período (87%) foi bem mais intenso do que o dos formais (69%), confirmando que a recuperação do mercado de trabalho em 2021 tem se dado a partir do aumento da informalidade.

Com relação à taxa de desemprego, houve crescimento de 11,1% em 4T/2019 para 14,9% em 3T/2020, mantendo-se alta até 3T/2021 (12,6%). O número de pessoas subutilizadas (desempregadas, subocupadas e na força de trabalho potencial) também deu um salto no período, passando de 26,5 milhões em 4T/2019 para 33,8 milhões em 3T/2020, permanecendo elevado até 3T/2021 (30,7 milhões). Tais dados ilustram as dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho e confirmam que a recuperação no último período tem sido bastante insatisfatória.

Ao separar os dados entre brancos e não brancos fica claro que todos sofreram com a pandemia, mas alguns sofreram mais que outros. Iniciando com o principal índice do mercado de trabalho - a taxa de desemprego -, os valores nos três trimestres destacados para os brancos foram, respectivamente, 8,8%, 12% e 10,3%. Já para os não brancos foram 12,9%, 17,3% e 14,5%. Além de possuir taxas de desemprego bem mais altas antes e durante a pandemia, a diferença em pontos percentuais em relação às taxas de desemprego dos brancos permaneceu elevada.

O número de pessoas brancas ocupadas caiu de 42,7 milhões em 4T/2019 para 38,8 milhões em 3T/2020, subindo para 42,5 milhões em 3T/2021, praticamente retornando ao nível inicial. Já no caso dos não brancos, os números foram, respectivamente, 52,8 milhões, 44,6 milhões e 50,5 milhões. Em outras palavras, enquanto o contingente de brancos ocupados voltou ao nível pré-crise, para os não brancos ainda havia uma perda de mais de 2 milhões de pessoas ocupadas.

A subutilização da força de trabalho também atinge muito mais os não brancos do que os brancos e cresceu bastante nos dois grupos. Em 4T/2019 a população branca subutilizada representava 19,9% da população ocupada. Em 3T/2020 atingia 29,9%, recuando para 24,9% em 3T/2021. Para a população não branca as taxas são bem mais elevadas e atingiram nos três períodos 34,3%, 49,6% e 40%, respectivamente. Portanto, o movimento foi inequívoco no sentido de aumentar a parcela dos subutilizados e, ao mesmo tempo, ampliar os desníveis entre os dois grupos em pontos percentuais em prejuízo dos não brancos.

A informalidade é bem mais intensa entre os não brancos do que entre os brancos. Em 4T/2019, 47,1% dos ocupados não brancos eram informais, caindo para 45,5% em 3T/2020 e subindo para 47,4% em 3T/2021. Já para os brancos, o papel da informalidade era bem menor, com taxas de 34,3%, 31,6% e 34,4%, respectivamente. Embora não tenha havido piora nesse indicador, os resultados confirmam a manutenção da posição desfavorável dos não brancos na questão da informalidade.

No que concerne aos rendimentos efetivamente recebidos durante a pandemia para aqueles que não foram excluídos do mercado de trabalho, os resultados comparativos entre brancos e não brancos mostram que as desigualdades permaneceram elevadas. Em T3/2021 os não brancos recebiam 56% dos rendimentos médios dos brancos.

Em resumo, a evolução do mercado de trabalho ao longo da pandemia, quando considerados brancos e não brancos, mostra que houve piora para os dois grupamentos. Além disso, confirma um resultado conhecido, qual seja, que a situação dos não brancos é sistematicamente pior que a dos brancos. A novidade é a confirmação de que tais desníveis se mantiveram elevados e, em alguns casos, tenderam a se ampliar no período aqui analisado. Finalmente, tendo em vista o pano de fundo atual do comportamento da economia, não se vislumbra qualquer melhoria substantiva para o mercado de trabalho no curto/médio prazo. Daí a necessidade de um aprofundamento das políticas sociais sustentáveis (não-eleitoreiras) de apoio aos mais prejudicados pela covid-19.

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), e-mail: saboia@ie.ufrj.br. François Roubaud e Mireille Razafindrakoto são pesquisadores sênior do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) de Paris e pesquisadores visitantes do IE/UFRJ.

Link para a matéria original:
<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/pandemia-mercado-de-trabalho-e-diferenciais-raciais.ghtml>